

TESE AÇÃO E LUTA.

Esta tese é uma elaboração coletiva produzida por companheiras (os) que fazem parte do Bloco Ação e Luta (militantes da CSP Conlutas e independentes de filiação a alguma corrente política).

Acreditamos que o contexto atual exige deste congresso uma análise detalhada da realidade e um debate sobre a atual crise econômica que assola a economia mundial, incluindo o Brasil que vem apresentando crescimento econômico cada vez menor e também a relação de nosso sindicato com a CUT - Central Única dos Trabalhadores - que há muito já não dá respostas efetivas às necessidades da classe trabalhadora e, neste contexto de crise, cumpre um papel ainda mais nefasto ao defender um governo que foi amplamente contestado pelos grandes protestos de junho nas ruas do país, vem realizando várias privatizações como o pré-sal, oportunizando altos lucros para os banqueiros e o capital internacional.

Tentamos nesta tese debater e buscar respostas aos principais anseios dos trabalhadores em educação e da classe trabalhadora de conjunto. É necessário explicar que em relação ao plano de lutas, acreditamos que ele esteja presente ao longo dos textos e resoluções que serão lidos a seguir neste caderno e que, sobre o estatuto do Sinte, excetuando-se a questão da proporcionalidade, não conseguimos fechar entre nós consenso para apresentar em tese, mas até o congresso elaboraremos uma resolução para ser democraticamente debatida no X Congresso do SINTE.

CONJUNTURA INTERNACIONAL, NACIONAL E ESTADUAL.

A conjuntura hoje é marcada por uma grave crise econômica. Estamos frente a uma nova depressão como a de 1929 ou no mínimo uma recessão profunda seguida de outras graves crises posteriores. Abriu se uma nova situação mundial, e se faz necessário encarar a discussão da situação dos trabalhadores da educação do Estado de Santa Catarina sobre as perspectivas da economia e suas relações com a luta de classes internacional e nacional.

Muita coisa tem sido dita sobre a crise econômica em curso e suas consequências para o Brasil. No entanto esta crise e seus desdobramentos devem levar a profundas mudanças no cenário político no mundo, no Brasil uma nova situação da luta de classes já se abriu a partir das jornadas de junho que colocou os trabalhadores na ofensiva e os governos em geral na defensiva. Compreender o novo cenário, e as tarefas que ele nos impõe é fundamental, portanto, para a nossa organização sindical. O principal objetivo de nossa análise conjuntural é que ela sirva de marco para o conjunto dos debates do Congresso. Que contribua para agir sobre a realidade, buscando transformá-la, na defesa dos interesses mais imediatos dos trabalhadores da educação e também de seus interesses históricos, voltados para a construção de uma sociedade socialista.

CONJUNTURA INTERNACIONAL.

O marco fundamental da situação política deve ser explicado pela crise econômica e suas

consequências. Esta crise determinou um significativo aumento nos níveis de exploração do trabalho e grandes ataques aos direitos dos trabalhadores em todo o mundo.

Em 2008, após o estouro da “bolha” financeira dos empréstimos imobiliários que levou as instituições a emitirem "papéis podres" (subprimes), a liquidez do sistema financeiro mundial foi comprometida. A “bolha” foi gerada pela super-expansão de crédito, sem que houvesse mecanismos regulatórios que inibissem a contaminação do sistema com produtos financeiros sem garantias. A crença na auto-regulação do mercado legitimou a irresponsabilidade dos agentes envolvidos.

A crise já atravessou o Atlântico e atingiu os grandes bancos europeus, provocando um efeito global. A crise gerada na economia especulativa atingiu a economia real. A população passou a ser assolada pelo desemprego e viu os impostos pagos serem revertidos em socorro aos bancos. O desdobramento da crise em solo europeu atingiu fortemente os países mais fragilizados economicamente: Portugal, Espanha, Irlanda, Itália e Grécia. As políticas de austeridade aplicadas a esses pela troika (União Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional) impõem a recuperação econômica dos capitalistas às custas dos empregos e dos direitos sociais dos trabalhadores.

Existem cerca de 73 milhões de jovens, entre 15 e 24 anos, desempregados pelo mundo. Na Espanha e Grécia, o nível de desemprego atingiu 54% da população ao final de 2012. O desemprego em massa repassa a conta da crise para os trabalhadores. Os planos de austeridade, pacotes de medidas econômicas que visam sanar os déficits orçamentários dos países debilitados, atacam os direitos sociais, conquistas das populações.

Em várias partes do globo, mobilizações eclodem ou seguem os processos iniciados em anos anteriores, motivados pela ingerência capitalista que ataca os direitos dos trabalhadores.

Em Portugal, 80% da população é contrária ao cumprimento do acordo com a Troika. Na Espanha milhares tomaram as ruas das principais capitais em protesto contra o desemprego. Nos EUA o movimento Occupy Wall Street se mantém firme na busca por justiça. Estes e outros tantos eventos demonstram que há resistência.

Simultaneamente às greves e mobilizações na Europa, ocorrem processos revolucionários no mundo árabe, na Tunísia, Egito, Iêmen, Líbia, Palestina e Síria. A luta por liberdades democráticas e melhores condições de vida no norte da África e nos países árabes, derrubaram governos e seguem buscando caminhos para construir sociedades mais justas.

Rompeu-se a estabilidade política e econômica nos países do centro do capitalismo. A intensificação de todas as crises – econômica, política, social, ambiental - são parte desta nova situação política.

Esta nova situação mundial, mostra que devemos continuar apostando que a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores. Precisamos Construir um sindicato independente do governo e dos capitalistas.

Aos trabalhadores brasileiros, cabe acompanhar a situação mundial e tirar lições e conclusões e apostar na mobilização independente dos trabalhadores como instrumento de transformação das suas condições de vida. Ao mesmo tempo é necessário fortalecer a unidade para lutar. Neste sentido, as delegadas (os) deste Congresso, devem exigir que o SINTE se una ao sindicalismo combativo, democrático e independente de governos e patrões para:

- 1- defender os direitos dos trabalhadores do mundo inteiro;
- 2- lutar contra os ataques do capital;
- 3- organizar campanhas de solidariedade a luta internacional dos trabalhadores.

CONJUNTURA NACIONAL.

O mundo ficou surpreso com os milhões de jovens e trabalhadores brasileiros que saíram às ruas mostrando sua indignação, quando muitos acreditavam na falsa imagem de que o Brasil é só alegria, futebol e carnaval.

O Brasil entrou com força no circuito de mobilizações de massas que se espalham pelo mundo. Desde as imensas mobilizações que derrubaram ditaduras no norte da África, até as dezenas de greves gerais que abalam o continente europeu, o mundo não foi mais o mesmo.

Podemos dizer categoricamente que após junho de 2013 o Brasil também não é mais o mesmo. O movimento de massas entrou em cena e vivemos as maiores manifestações de rua desde as Diretas Já de 1984, manifestações em mais de 300 cidades que obrigaram governos a revogar o aumento da passagem em cidades como São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Dilma, governadores e prefeitos ficaram assustados, pois são os responsáveis pelos problemas que produziram a indignação atual. O parlamento, a falsa democracia dos ricos e os partidos da ordem também foram afetados, pois existem para manter os trabalhadores explorados e uma minoria rica.

Um dado importante foi que em 2012 foi o ano de maior número de greves desde 1996, mostrando claramente o descontentamento dos trabalhadores que vinha se acumulando em relação a política salarial implementada no país.

Nada será como antes. Mudanças estão acontecendo por conta dos protestos. Em dias se acumulam anos de aprendizado e experiência política permitindo um avanço no nível de consciência e politização dos manifestantes. Milhões questionam a ordem estabelecida e chegam à conclusão de que a luta coletiva pode obter vitórias, como no caso da redução das tarifas dos transportes.

Tudo começou nos atos contra o aumento das passagens de ônibus, e avançou para questionamentos mais globais como a corrupção e a farra com o dinheiro público nas obras da copa. A comparação dos gastos da copa com os investimentos pífios que os governantes fazem em saúde e educação também deram a tônica dos protestos.

A crise econômica que se aprofunda no país é o pano de fundo da radicalização e do aumento das

lutas. A inflação atinge sobretudo os insumos básicos, o que podemos constatar cada vez que vamos ao supermercado. O real desvalorizou, os juros foram para 9%, o mercado de trabalho está se reduzindo paulatinamente, sendo que nas regiões metropolitanas em torno de 20% dos jovens estão desempregados. O comércio retrocede e as economias familiares rondam a inadimplência. As repetidas isenções fiscais outorgadas pelo governo Dilma aos empresários, reduzem os fundos de Estados e Municípios, e ali a crise social se alastra e afunda o povo na miséria, sem saneamento básico, sistema de saúde decente, sem transporte de qualidade. A indústria nacional está se retraindo enquanto não param de crescer os hectares destinados ao plantio de soja, tornando o país refém das commodities alimentícias.

Dilma compromete-se com o ajuste fiscal privatizando rodovias, portos, ferrovias, aeroportos, o petróleo do pré-sal, seguindo a cartilha do FMI de juros mais altos, salários cada vez mais arrojados para garantir um superávit primário maior. A previsão orçamentária de 2014 destina apenas 3,44% do orçamento para a educação e 3,91 para a saúde, enquanto isso destina 42,42% para pagar juros e amortizações dos juros da dívida interna e externa.

Nunca antes na história desse país ocorreu uma privatização como a que Dilma realizou com o leilão do Campo de Libra. Um campo que abriga uma reserva de petróleo avaliada em 3 Trilhões de dólares, entregue para multinacionais como a Shell por apenas 15 bilhões de dólares. Esse dinheiro servirá somente para garantir o superávit primário. Esse entreguismo só foi possível porque para garantir o leilão o governo utilizou o exército, a Força de Segurança Nacional e até a Marinha.

Dilma está privatizando o país e criminalizando os movimentos sociais como fez o PSDB. Dilma promoveu a maior privatização da história do país.

Após junho, a pressão das bases para que os trabalhadores saíssem às ruas com suas reivindicações de forma organizada era tanta, que os burocratas sindicais vinculados a direção majoritária da CUT e da Força Sindical, foram obrigados a marcar um dia de greve geral em todo país. Em que pese a não terem mobilizado praticamente nada suas bases, os próprios trabalhadores e a CSP-Conlutas promoveram um dia histórico de greve.

Por fim, queremos colocar que acreditamos que a conjuntura com as Jornadas de Junho segue aberta. Todos os dias greves acontecem. Mobilizações de bairro por melhorias na infra-estrutura, ocupações de casas legislativas, paralisações de estradas e rodovias, jovens protestando pelo passe-livre estudantil e até paralisação de jogadores de futebol, entre outras tantas lutas, marcam a conjuntura pós-junho.

No setor da educação, onde praticamente todos os estados tiveram greves, podemos citar a do Rio Grande do Sul, contra o Governo Tarso (PT) que segue não pagando o Piso Nacional e, no último período, o exemplo mais avançado foi a recente greve dos educadores do RJ, que durou mais de dois meses. Em meio à greve, 100 mil pessoas, marcharam em apoio à luta dos educadores e em defesa da

educação pública. Exigindo também o Fora Cabral e Paes. Esse tipo de apoio popular é fundamental para o avanço das lutas da classe trabalhadora.

Por fim, salientar que no ano que vem teremos a copa. Também várias categorias de trabalhadores começam a preparar suas reivindicações. Enquanto isso, Dilma e os governos estaduais buscam garantir pela lei que não haja mobilizações durante a Copa para não “incomodar” a grande burguesia que mais lucra com o evento. Neste sentido este Congresso deve exigir que o SINTE:

1- Convoque os trabalhadores em educação para lutar contra mais essa medida antidemocrática dos governantes, pois precisamos lutar e garantir nosso direito à livre manifestação.

2- Rompa com o governo. Por um sindicato independente dos governos!

3- Faça uma grande campanha salarial em 2014. Descompactação da tabela salarial! Piso na carreira e o cumprimento de 1/3 de hora atividade!

4- Pela anulação da privatização do campo de libra (pré-sal).

CONJUNTURA ESTADUAL.

O Governador Colombo foi eleito pelo DEM e imediatamente mudou para o recém criado PSD que não demorou para se tornar base aliada do Governo Dilma (PT) e passou a ter acesso rápido as verbas federais e a tentar surfar no prestígio da Presidente. Defendeu na campanha eleitoral como políticas centrais para a educação a municipalização do ensino fundamental e a meritocracia.

Colombo enfrentou já no seu primeiro ano de governo a maior greve do magistério desde os anos de 1980, pela implantação do Piso na carreira, mas infelizmente a maioria da direção do SINTE/SC e da CNTE (CUT) desmontou a greve defendendo nas assembleias regionais os avanços das negociações, que o governo não tinha dinheiro, que sairíamos da greve sem nada e que, era melhor terminá-la. Foi o fim da nossa tabela salarial e o início da perda de direitos.

Logo após a greve de 2011, o governo fez o decreto de municipalização do ensino fundamental e a partir de então, desenvolveu uma política de “grupo de estudo” entre governo e sindicato para passar para a sociedade a ideia de negociador, democrático e de preocupado com a educação. Não passou de enrolação e elogios a postura responsável e madura da “nova” diretoria do SINTE/SC, neste ano as negociações são uma tentativa de ganhar tempo para ver se o critério de reajuste do Piso muda do custo aluno para o INPC e a direção do sindicato passa a defender mudanças no plano de carreira com a incorporação das gratificações/regência de classe o que a força da greve de 2011, o impediu de fazer. As várias escolas interditadas em muitas regiões do estado, as péssimas condições de trabalho e o aumento da violência dentro das escolas mostram, claramente, o descaso do governo com a educação.

O Governo Colombo mantém a política de privatização dos serviços públicos, sucateou ainda mais a educação, a saúde e a segurança e enfrentou as greves dos trabalhadores destes setores..

É preciso elaborarmos um bom plano de lutas para o próximo ano para mobilizarmos a categoria e

aproveitarmos que será ano eleitoral e cobrarmos do governo Colombo tudo o que ele nos deve.

POLÍTICA EDUCACIONAL.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) recém-divulgada pelo IBGE, o país ainda tem 3 milhões de crianças e jovens entre 4 e 17 anos fora da escola e mais de 13 milhões de analfabetos e o alarmante número de 27,8 milhões de analfabetos funcionais. Quando o tema é ensino superior, apenas 12% da população brasileira tem nível superior. O Brasil, que hoje é a 7ª economia mundial está em antepenúltimo lugar no ranking da OCDE (Organização Continental para o Desenvolvimento da Educação) em matéria educacional o que lança o país a 84º lugar no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Essa situação condena milhões de estudantes brasileiros a não aprenderem a ler, escrever, contar e nega o acesso à arte, cultura e impede uma melhora de vida.

Esse é o resultado mais cruel da continuidade da aplicação de uma política educacional sustentada no tripé da **meritocracia, privatização e precarização**, tratando a educação como uma mercadoria e não como um direito social.

O governo Lula e agora Dilma, desenvolve sua política educacional apoiada no Plano de Desenvolvimento da Educação, lançada em 2007 e que segundo o próprio governo, o principal foco do PDE é a Educação Básica e dá ênfase a **formação e valorização docente**, ao **financiamento** e à **garantia de acesso** e tem como base legal a lei nº 6094/07. Nessa lei se estabelece entre as metas que a valorização do trabalhador em educação se dará por **mérito**, “representado pelo desempenho eficiente no trabalho, dedicação, assiduidade, pontualidade, responsabilidade, realização de projetos e trabalhos especializados, cursos de atualização e desenvolvimento profissional”, além de “dar consequência ao período probatório, tornando o professor efetivo estável após avaliação, de preferência externa ao sistema educacional local”. Essa lógica meritocrática visa a culpabilização dos profissionais em educação pela crise que vive a escola pública. Todos sabem que não existe solução para milhões de brasileiros que vivem em condições de pobreza pela via do mérito, assim como não há saída para a escola pública por essa via. Como escreve Renato dos Santos Souza só pode defender a meritocracia “a menos que se pense, é claro, que uma sociedade seja apenas um agregado de pessoas. Então, uma coisa é a valorização do mérito como princípio educativo e formativo individual, e como juízo de conduta pessoal, outra bem diferente é tê-lo como plano de governo, como fundamento ético de uma organização social. Neste plano é que se situa a meritocracia, como um fundamento de organização coletiva, e aí é que ela se torna reacionária e perversa.” A meritocracia serve para “apreciações individuais e não sociais.” No Estado de São Paulo, o governo do PSDB, chegou ao cúmulo de impor uma evolução salarial aos professores/as vinculada a nota de uma prova e em Minas Gerais existe um abono de produtividade baseado no IDEB.

Caminhando junto a meritocracia, há um profundo processo de **privatização** do ensino em nosso país.

Quando há alguns anos privatizar significava a escola ter um dono e cobrar mensalidade agora de construiu métodos eficaz de transferência de verbas públicas às redes privadas. A maior expressão disso é o Prouni que despeja milhões de reais das verbas públicas para as faculdades/universidades privadas e é justamente as verbas que faltam para uma expansão com qualidade das universidades públicas. É possível que cada vaga comprada na rede privada seja aberta na rede pública. O Pronatec segue a mesma lógica de transferência de verbas as escolas privadas além dos projetos como o ensino médio integral ou inovador que se apoia em oficinas feitas por bancos e ONG's, que recebem muito em transferência direta de verbas públicas ou através de isenção fiscal.

Coroando esta política educacional neoliberal temos uma ampliação da **precarização** do trabalho educacional com mais de 50% da categoria sendo contratados como temporários (ACT's).

Passados 5 anos da criação da Lei do Piso Nacional a regra é que os estados e municípios não cumprem a lei de forma integral ou parcial. Apesar de o Piso Nacional aprovado ser muito inferior as reais necessidades do magistério, muitos estados e municípios seguem não cumprindo a Lei e o governo federal/MEC não move uma palha para isso. Segundo a própria CNTE apenas 12 estados e o DF pagam o Piso. O ponto alto dessa política é o caso do RS, pois o Ministro da Educação Tarso Genro foi defensor da aprovação dessa lei e agora o governador Tarso Genro (PT) além de não aplicar reprimiu violentamente a greve dos professores/as do RS e recorre ao STF. Estes infundáveis recursos judiciais protelam a aplicação desta lei, criando cada vez mais dificuldades para os professores/as de todo o país. Nesse momento á um debate sendo feito para mudar a regra do reajuste do valor do Piso, pois os governos (de todos os estados) se uniram para exigir que o reajuste seja feito pelo INPC mais 50% da variação do FUNDEB e não pela variação do custo aluno. Para 2014 o previsto é um reajuste de 19% e os governadores estão propondo alterar a regra, o que reduziria o reajuste para 7,7%. É uma vergonha o desrespeito destes governantes à educação, mas também é o fato da CNTE ter aprovado no CNE em 2012, sem discutir nos estados uma proposta semelhante, abandonando na prática a defesa do custo aluno.

Quando a aplicação da jornada de trabalho e garantia de no mínimo 1/3 ser de atividades extraclasse, aí que a situação é ainda pior. Para não aplicar a lei, vários estados e municípios tem alterado a jornada de trabalho para legalizar a ilegalidade de não cumprir a lei. Em São Paulo, por exemplo, o estado (governado por Alckmin-PSDB) publicou uma resolução sustentando que a hora/aula é de 60 minutos e por isso 32 aulas de 50 minutos equivale a 27 aulas de 60 minutos, portanto já aplica a lei. Essa barbaridade de aumentar a jornada de trabalho para não aplicar a lei também se vê na maioria dos estados e municípios desse país.

Foi aprovado pelo congresso nacional o valor de 10% do PIB para a educação. Nota-se que essa aprovação não garante que o dinheiro investido vá para a educação pública, pois as metas do PNE

reafirmam a necessidade dos programas educacionais privatistas, como o Prouni e o Pronatec além da política de escola integral ser apoiada em oficinas privadas. Para elevar o valor destinado à educação, após as manifestações de junho, o congresso aprovou que 75% dos royalties do petróleo vão para educação e 50% do fundo social do pré-sal. Muita propaganda e pouca efetividade, pois em 2013 os royalties representam 0,2% do PIB e em 2021, auge da exploração do pré-sal esse valor pode atingir 0,6% do PIB, segundo a auditoria cidadã da dívida. Ao mesmo tempo, o orçamento da união para 2014 prevê mais de 1 trilhão de reais para pagamentos de juros e amortizações das dívidas (44% do orçamento) e apenas 3,14% para a educação. Diante do aprofundamento das políticas neoliberais na educação brasileira o X Congresso do SINTE/SC resolve:

1. Desenvolver uma campanha em defesa da Escola Pública Gratuita e de Qualidade exigindo:
2. 10% do PIB para educação pública já!
3. Contra a Proposta de PNE do governo que é privatista!
4. Contra o Plano de Desenvolvimento da Educação (abaixo a Lei 6094/07);
5. Não a Meritocracia! Trabalho Igual, Direitos Iguais;
6. Contra as terceirizações (PL 4330) e a precarização do trabalho nas escolas, concurso público;
7. Contra a Privatização da Educação! Abaixo o Prouni e Pronatec! Por vagas públicas para todos/as nas universidades Públicas e Escolas Técnicas Públicas. Fim do Vestibular!
8. Suspensão do processo de municipalização do ensino e retorno das escolas municipalizadas a rede estadual;
9. Redução do número de alunos por sala! Máximo de 25 alunos!
10. Creche para todos/a que precisem! Creches nos locais de trabalho!
11. Imediata aplicação do Piso Salarial Nacional, rumo ao Piso do DIEESE!
12. Imediata aplicação de 1/3 de hora-atividade, rumo aos 50%!
13. Uma política de combate a violência nas escolas discutida e aprovada pela comunidade escolar que inclua aumento da segurança interna e atendimento especializado gratuito para os que sofrem violência;
14. Uma política de combate ao adoecimento do magistério público, definida de forma democrática com a participação efetiva dos trabalhadores em educação e que inclua atendimento especializado gratuito para as diferentes enfermidades, extinção da exigência de idade mínima para se aposentar.

POLÍTICA SINDICAL.

Nos últimos anos, todas as lutas travadas pela classe trabalhadora brasileira encontraram um forte obstáculo: a política de total atrelamento da direção da CUT aos governos de Lula e Dilma. A perda da independência política diante desses governos e de seus projetos acarretou para o movimento sindical

um enorme retrocesso nas mobilizações e nos direitos dos trabalhadores.

De forma consciente, os governos e os patrões cooptaram o apoio de grande parte das direções sindicais para melhor conduzirem seus planos e reduzirem a resistência dos sindicatos. Desde a implementação da Reforma da Previdência em 2003 ficou evidenciada essa política de colaboração por parte da CUT. E desde então esse é o principal dilema a ser resolvido pela classe trabalhadora. Sem um rompimento categórico com essa política de apoio e submissão aos governos, a classe trabalhadora estará permanentemente ameaçada de sucessivos ataques e retirada de direitos.

A conivência com as políticas dos governos levou a que inúmeras lutas de diversas categorias, nos últimos anos, tenham ficado isoladas. Entre elas, várias greves dos trabalhadores em educação por todo o país. A prioridade da direção da CUT e da maioria do SINTE foi apoiar os projetos governamentais, entre eles o Plano Nacional de Educação (PNE), que significam novas reformas favoráveis ao grande capital e novas formas de privatização dos serviços públicos.

Os trabalhadores começaram a compreender que, para obter vitórias em suas lutas, é necessário romper com as políticas de atrelamento aos governos. E que, para isso, é necessário construir direções comprometidas com a independência da classe trabalhadora.

Este é o caminho que o Congresso do SINTE deverá apontar: romper com a atual política de submissão aos governos e ajudar a organizar a luta independente dos trabalhadores. Os trabalhadores em educação repudiam a vergonhosa política de colaboração de classes e de apoio aberto aos governos da direção da CUT e da maioria do SINTE.

Mudar o rumo do SINTE significa que nossa entidade, a partir do Congresso, deverá repudiar as políticas de atrelamento ao governo e rejeitar as participações em fóruns de colaboração com o governo. O SINTE deverá estar a serviço do fortalecimento das lutas e das reivindicações da classe trabalhadora, de forma independente e autônoma diante dos governos.

A política sindical a ser desenvolvida pela direção do SINTE deverá privilegiar os fóruns e espaços que busquem a unificação das lutas dos trabalhadores e movimentos populares que indiquem uma reorganização independente do movimento sindical. Só assim será possível recolocar nosso Sindicato no caminho das lutas e recuperar a independência da classe trabalhadora frente aos governos.

PLANO DE LUTAS.

Campanha de e-mail ao Governador Colombo e aos Deputados em defesa da descompactação da tabela salarial, do piso na carreira e do cumprimento de 1/3 de hora atividade:

realizar no transcorrer dos meses de fevereiro e março de 2014.

Calendário de mobilização:

Vizitas nas escolas em fevereiro e março;
Assembleias regionais na segunda quinzena de março;
Assembleia estadual na primeira quinzena de abril.

Divulgação:

Cartaz, panfletos, out dor e mensagem do SINTE divulgada em emissoras de rádio e televisão.

BALANÇO DA EXECUTIVA ESTADUAL.

Para fazer um balanço da atuação da executiva é necessário situarmos em primeiro lugar a conjuntura que atravessamos até aqui. Vivenciamos um momento de estagnação da economia e uma conjuntura nacional marcada pela eleição de um novo governo petista eleito com a maioria dos votos e com a confiança de um grande setor da classe trabalhadora. Entretanto esta confiança é seriamente questionada nas jornadas de junho de 2013.

O governo do estado com a tríplice aliança foi eleito em primeiro turno, passou para a base aliada do governo federal e tem governado para atender interesses políticos eleitorais, marcado por loteamento de cargos e conchavos. Nesse contexto está a direção do sindicato. Uma direção que esteve a frente de uma das maiores greves da história da categoria em 2011, pelo cumprimento da Lei do piso, mas que por falta de independência dos governos e autonomia em relação aos partidos políticos a maioria da direção (CUT) acabou desmontando a greve a partir das regionais quando ela ainda tinha condições de continuar e de fato continuou. Porém a desconfiança gerada na categoria por causa da política defendida pela maioria levou ao esvaziamento da greve.

Ainda em 2011, maioria da direção não realizou a assembleia estadual que estava marcada para dezembro.

Em 2012, a greve teve curta duração e após o encerramento foi feito um “grupo de estudo” entre o Governo e o sindicato que não resultou em absolutamente nada.

Na assembleia estadual de março de 2013, foi aprovada a realização da campanha salarial para ser lançada na greve nacional de abril e a direção não fez. Marcou nova assembleia estadual somente para o final de setembro para o lançamento da campanha salarial (cancelada por causa do clima), e acabou aceitando realizar um Ato Público em Florianópolis em outubro, desde que o mesmo não se transformasse em assembleia estadual deliberativa, mas o material elaborado não tem como centro o Governo Colombo para exigir o atendimento das reivindicações e sim a denuncia do TCE.

Este ano, a negociação com o Governo, esta se caracterizando como grupo de estudo na medida em que não foi apresentada até o momento uma proposta concreta para negociação efetiva e com elementos de discussão de plano de carreira o que contraria a decisão da assembleia de Lages em 2011.

A proporcionalidade, em particular no SINTE representa o reconhecimento de que nenhuma corrente de opinião que se organiza na categoria tem maioria absoluta. É preciso que todos saibam que a

direção executiva é composta por 17 membros, sendo 11 representantes da chapa 2 (CUT) e 6 da chapa 1 (Independentes e CSP Conlutas) o que torna impossível a minoria ganhar qualquer votação, embora seja democrático e toda a categoria se vê representada na direção do Sindicato.

Por isso propomos:

- 1- Construir a luta da categoria independente dos governos;
- 2- Respeitar e cumprir as deliberações das instancias da categoria;
- 3- Que nosso plano de lutas seja o norteador de nossas ações.

SETORES: SERVENTES E MERENDEIRAS.

Contrariando toda e qualquer expectativa destes dois segmentos que vêm na terceirização uma ameaça real à sua dignidade, apesar das várias intervenções deste sindicato que nos últimos anos vem travando uma luta constante na tentativa de barrar este processo, o governo do estado, na pessoa de LHS coloca na pauta de seu governo, a terceirização destes dois segmentos como prioritárias, sem levar em conta os problemas que este projeto, caso seja colocado em prática, poderá trazer aos trabalhadores que compõem este segmento.

A terceirização da merenda escolar, além de provocar dispensa de pessoal, trouxe prejuízos à comunidade escolar, tais como, a perda na qualidade da merenda que é servida à nossos alunos, perdas econômicas para os produtores das localidades em que situa-se a UE, pois como já é de nosso conhecimento em várias regiões de nosso estado, muitos produtores rurais tem feito parcerias com os governos municipais, comprometendo-se a fornecer gêneros agrícolas/alimentícios de qualidade para complemento da merenda escolar.

A respeito deste tipo de parceria, se faz necessário frisar que tal relação garante o fornecimento de gêneros alimentares de qualidade, além de estimular o desenvolvimento econômico do município-sede e também o aumento do emprego da mão-de-obra local.

Com a terceirização dos serviços gerais, nossa preocupação não diminui, pois o governo alegando enxugar a máquina administrativa, não leva em consideração o que este processo desencadeia de imediato, a demissão em massa por toda Santa Catarina.

No entanto, o que se percebe é a postura de indiferença e total desprezo demonstrado pelo mesmo diante do fato ora mencionado, ignorando inclusive luta desta categoria que tem se mobilizado constantemente em defesa da manutenção do quadro atual tal qual se apresenta, e que se for promovida algumas mudanças, sugerimos que se faça rodadas de negociações com a categoria e os segmentos ora em discussão, para que se estabeleça critérios onde os trabalhadores envolvidos não sejam atingidos em sua dignidade.

Como já é do conhecimento de todos, são os “colaboradores” diretos na construção de um ambiente que possibilite boas condições para o bom desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem no

ambiente escolar.

Levando em consideração os dispostos acima mencionados, nós do SINTE defendemos que o governo crie mecanismos que possibilitem a imediata incorporação dos segmentos em discussão, ao quadro do magistério público estadual, do qual eles jamais deveriam ter sido excluídos. Garantindo dessa forma os seus devidos direitos, outrora retirados, tais como, plano de saúde, garantia de emprego, aposentadoria seguindo os mesmos critérios dos demais servidores.

Lutar contra o PL 4330, nenhuma negociação sobre terceirização!

ACT's.

Os trabalhadores temporários em educação em todo o país estão submetidos a situações de super exploração e precárias condições de trabalho e de vida, a qual tem piorado com leis que flexibilizam os direitos e liberdades democráticas mínimas. Em Santa Catarina, por exemplo, o ACT que levar faltas injustificadas corre o risco de ser demitido. É preciso reverter esta situação.

Seremos os maiores defensores da revogação da atual Lei 456/09, aprovada com repressão na ALESC. Defenderemos a isonomia de direitos entre ACT e efetivos, pois acreditamos que todos somos educadores e merecemos ter o mesmo tratamento dentro e fora da sala de aula.

POLÍTICAS AFIRMATIVAS.

Definimos como opressão “o aproveitamento de desigualdades para por em desvantagem e submeter um grupo social com base em diferenças raciais, sexuais, nacionais e de outro tipo. Sendo que a opressão é sempre utilizada pela classe dominante para submeter a classe social explorada e justificar essa exploração.

Como parte constituinte de nossas bandeiras de lutas precisamos aprovar em nosso congresso um programa consciente e conseqüente para as questões de gênero, raça e GLBTT (Gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais). Uma política de combate à opressão contra a mulher, a discriminação racial e homossexual significa uma elaboração permanente, ou seja, um programa de fato que aconteça em nossas tarefas sindicais. Por isso, nossa elaboração deve avançar num processo de organização desses setores pautados em conjunto com as reivindicações da categoria.

Mulheres

A opressão da mulher é utilizada para justificar e ampliar a exploração da classe trabalhadora, portanto, é um instrumento do capitalismo que se manifesta de várias formas: reprodução e manutenção da força de trabalho, através do trabalho doméstico não remunerado e a utilização da mão de obra feminina com salários menores, propiciando maior extração de mais-valia.

O rebaixamento de salários pode se manifestar também de forma sutil, como no caso dos profissionais da educação, onde, em São Paulo, por exemplo, as mulheres somam cerca de 80% da categoria, pois a tradicional feminilização da categoria carrega consigo a discriminação de gênero.

Se analisarmos as diferentes funções dos profissionais da educação, percebemos que no ensino básico, onde se concentra o maior número de mulheres, os salários são menores do que no ensino médio, onde aumenta o número de homens, sendo que no ensino superior, onde cai drasticamente o número de mulheres, os salários são maiores.

Podemos então concluir que a feminilização da profissão beneficia os agentes do capital sedentos de lucro, através dos baixos salários, do desprestígio social, da ausência de creches, auxílio maternidade, licença amamentação, etc.

Para justificar a opressão, criou-se o mito da inferioridade feminina, apresentada com maior ou menor ênfase, a depender do contexto histórico. Atualmente a tese da inferioridade é disfarçada pelo conceito de “desigualdades”. A mulher não tem a mesma inteligência do homem, mas possui raciocínio mais rápido, tem habilidades específicas, como a intuição feminina “e outras bobagens pseudocientíficas”.

A opressão é comum a todas as mulheres trabalhadoras que são mais oprimidas que as mulheres burguesas, e para justificar tal afirmação, a dupla jornada de trabalho é um bom exemplo. Enquanto a maioria das assalariadas tem, depois de trabalhar na fábrica, no escritório ou no campo, de cumprir tarefas domésticas, as mulheres burguesas ou de classe média, podem relegar a outras mulheres esta tarefa. As mulheres burguesas, em síntese, utilizam-se da opressão de seu sexo para melhor explorar as trabalhadoras. Portanto se há afinidade entre o sexo feminino na luta genérica contra a opressão, essa unidade é limitada pelo papel que cada setor ocupa na produção. Apenas as mulheres trabalhadoras, pelo fato de serem oprimidas e exploradas, podem lutar de forma consequente contra a opressão.

Quando analisamos especificamente o caso das profissionais da educação, a expressão “dupla jornada” toma-se um tanto quanto amena, pois sabemos que sua jornada não se restringe ao horário de trabalho e sobrecarga doméstica, devido ao fato de que este é um setor onde o trabalho não se restringe às paredes da escola, pois conta com elaboração e desgaste psicológico.

Uma entidade como o SINTE que tem como papel a organização dos trabalhadores, se não combate o machismo é ineficaz. É necessário um combate serio contra essa prática no interior no sindicato e no conjunto de nossa sociedade. Por isso, defendemos a criação da Secretaria de Mulheres do SINTE; Tal secretaria terá como tarefa traçar uma política de mobilização para as mulheres da categoria, levantando palavras de ordem que reflitam seus principais problemas. Para isso é fundamental a organização de conferências periódicas, onde as companheiras de base possam expor o que pensam.

Negros e Negras

As desigualdades raciais vêm sendo denunciadas há muito tempo, todavia, o resgate, de forma afirmativa, da identidade negra na luta sindical corresponde um tema importante para ser abordado ainda hoje. A necessidade da população negra por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz a educação, passou a ser particularmente apoiada pela promulgação da Lei

10.639/2003. Mesmo assim se faz importante destacar que vivemos numa sociedade marcadamente *etnocêntrica* de raiz europeia, portanto, cabe tematizar a identidade da população negra brasileira no contexto dos trabalhadores da educação em Santa Catarina.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana preveem e promovem em diversos momentos a importância da discussão da questão racial. Nosso sindicato não pode ficar alheio a esse debate, sem ao menos promover ações deliberativas na desconstrução de preconceitos historicamente estabelecidos.

O sucesso ou o fracasso da Lei 10.639 dependerá muito da conjugação de esforços da sociedade brasileira de reconhecer as implicações das desigualdades raciais e sociais. Depende também da necessidade de reeducação das relações étnico-raciais, o que significa o reconhecimento da importância de se buscar compreender os valores e lutas da população negra. Exige-se a valorização e respeito aos processos históricos de resistência negra. Faz-se necessário também reconhecer os preconceitos que desqualificam os negros e negras, que salientam os estereótipos depreciativos que incitam violências físicas ou simbólicas. Por isso defendemos:

- 1- A favor das reparações e cotas;
- 2- Assegurar a exigência da implantação da Lei 10.639;
- 3- Ter um espaço reservado nos materiais do SINTE para as datas comemorativas do movimento negro;
- 4- Apoio a Luta Quilombola;
- 5- Que o SINTE denuncie situações e práticas de racismo cometidos contra os trabalhadores da educação.

LGBTT (lésbicas, Gays, bissexuais, travestis e transexuais)

È fundamental para compreendermos a lógica da homofobia ter a consciência de que ela acontece de maneira diferente do racismo e do machismo. O elemento mais visível é a desigualdade do acúmulo obtido pelas lutas concretas. Ao longo de décadas, as conquistas obtidas pelas lutas de negros e negras e mulheres (direito ao voto, leis trabalhistas, cotas em alguns países, etc.), trouxeram ganhos objetivos e subjetivos.

Queremos dizer que estes movimentos conseguiram se impor diante da opressão. Obviamente esta segue acontecendo em larga escala, no entanto não seria absurdo dizer que em determinados espaços e grupos, existe certo constrangimento para se fazer piadas racistas ou machistas, por exemplo. O mesmo não acontece com a homofobia, muito pelo contrário. O comportamento homofóbico é totalmente legitimado e incentivado em todas as esferas sociais.

O elemento menos visível, diz respeito especificamente à condição gay. Uma mulher nasce mulher e um negro nasce negro. Mas, dentro do senso comum, a condição homossexual é considerada opção. Queremos dizer que a homossexualidade é uma orientação, da qual não se pode escapar. Mas a ideologia da “opção” permite culpabilizar o homossexual pela sua condição. Desse modo à luta

homossexual deve ser tratada com seriedade em nossa entidade.

ESTATUTO.

PROPORCIONALIDADE NO SINTE: uma necessidade!

A proporcionalidade no sindicato garante a democracia para os sócios. As chapas disputam na base e de acordo com o número de votos a executiva é composta. Ao aplicar a proporcionalidade todos os sócios que votaram serão representados. Sindicato é uma frente única composta por pessoas que representam toda a categoria, independente da cor, da religião e do partido que ela defende.

A argumentação daqueles que são contra a proporcionalidade é de que com posições diferentes não é possível unir a categoria para a luta. Mas o encaminhamento do plano de lutas deverá ser feito pela direção do sindicato independente de sua posição. A defesa da unidade sempre foi um princípio de qualquer categoria. Ela quer ver que suas direções estejam unidas. Diferenças políticas não dividem desde que o princípio da independência de classe frente aos governos e a autonomia frente aos partidos sejam respeitadas.

Nós do Bloco Ação e Luta temos uma diferença com a CUT porque defendem políticas do governo. A proporcionalidade não é um princípio e sim uma tática a ser adotada para melhor respeitar a democracia. O problema é que a CUT é ligada ao governo federal, e Colombo é base de sustentação do governo federal acabamos reféns dos governos.

Nós que fomos minoria da diretoria nesse último período tivemos vários embates nas instâncias do sindicato, principalmente na executiva. Se a direção representar uma única posição, em particular a CUT o comprometimento da executiva com as políticas dos governos será mais fácil de ser implementada. Nós defendemos a proporcionalidade para melhor lutar, não para preencher cargos e ser liberados. Já tivemos a experiência de uma direção que não era proporcional e foi um desastre. Manutenção da proporcionalidade para as próximas eleições do SINTE/SC com a inclusão da mesma no estatuto da entidade e extensão desta às liberações quando a regional tiver direito a mais de 20hs.

A CUT já rompeu com as lutas, É HORA DE ROMPER COM A CUT

A Central Única dos Trabalhadores foi criada num contexto marcado pela reorganização do movimento operário a partir de 1978, desempenhando principalmente na década seguinte, um importante papel nas lutas em que travamos.

A organização sindical que o SINTE passou então a construir desde sua filiação à essa central no início da década de 80, ganha impulso. A categoria absorve o espírito próprio da classe trabalhadora daquela época que então materializava-se numa central de trabalhadores: sindicalismo classista e enraizado na base, livre de interferências do Estado, democracia interna nas estruturas sindicais e o socialismo como objetivo final da luta sindical.

A partir da década de 90 a infiltração, principalmente ideológica, dos inimigos do povo começa a se

instalar dentro da CUT: os CONCURS (Congressos Nacionais) limitam cada vez mais a participação dos trabalhadores de base. No III Congresso, realizado em 88, participaram mais de 6 mil delegados, enquanto no IV CONCURS realizado em 91, eram apenas 1554 delegados. A CUT abandonou a luta política em troca dinheiro do Estado, FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

Este tipo de situação acabou criando uma casta de dirigentes burocratas, donos de carros importados, que vivem em condomínios fechados e não dependem mais do trabalho para sobreviver, mas das benesses do Estado e do patrão. Assim sendo, passam a pensar na lógica do patrão e do Estado e não mais da classe trabalhadora.

Com o governo Lula e Dilma, a CUT tem precisado fazer malabarismos nos discursos para justificar toda concessão que tem feito ao governo abrindo mão de conquistas. As relações entre a CUT e o governo tem sido mais que cordiais, chega a ser “promíscua” e isto pode ser explicado a partir dos seguintes elementos: a) os principais nomes da cúpula de do governo, foram as principais lideranças da CUT; b) as correntes que formam a CUT, passaram por um processo de cooptação ideológica (participação de muitas lideranças sindicais no primeiro e segundo escalão do governo, nos organismos tripartites, fundos privados de pensão, etc.).

Como se não bastassem todos estes motivos, o SINTE ainda tem um gasto anual enorme em centenas de milhares de reais para manter esta filiação que ao contrário de nos trazer quaisquer retornos positivos, auxilia esta Central a emperrar as lutas e mobilizações da classe.

É importante lembrar que a proposta de ruptura com a CUT sob hipótese nenhuma está vinculada à qualquer outra filiação a outra central de imediato. Isto não significa porém que o atual processo de reorganização que o movimento sindical brasileiro passa mais uma vez deverá passar ao largo dos debates nas instâncias do sindicato.